



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS XII*
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIOMARA DE SOUZA SANTOS NONATO

**O PAPEL DAS MULHERES AGRICULTORAS NA PRESERVAÇÃO
DAS SEMENTES CRIOULAS: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE
LAGOA NOVA EM GUANAMBI/BA**

GUANAMBI
2018

DIOMARA DE SOUZA SANTOS NONATO

**O PAPEL DAS MULHERES AGRICULTORAS NA PRESERVAÇÃO DAS
SEMENTES CRIOULAS: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE LAGOA NOVA EM
GUANAMBI/BA**

Artigo apresentado à Universidade do Estado da Bahia, UNEB *Campus* XII, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.^a M.^a Leidjane Fernandes Baleeiro

GUANAMBI
2018

DIOMARA DE SOUZA SANTOS NONATO

**O PAPEL DAS MULHERES AGRICULTORAS NA PRESERVAÇÃO DAS
SEMENTES CRIOULAS: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE LAGOA NOVA EM
GUANAMBI/BA**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB *Campus* XII, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação do Campo.

Aprovado em 22 de Setembro de 2018.

Prof.^a M.^a Leidjane Fernandes Baleeiro – UFRB/FETAG
Orientadora

Prof.^a M.^a Vânia Marques Pinto - UFRB/FETAG
Examinadora

Prof. Esp. Juliano da Silva Vilas Boas – UNEB/CASA
Examinador

Dedico a toda minha família em especial aos meus pais que me apoiaram. E ao meu esposo Marcone pelo apoio recebido durante a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pela sabedoria concedida durante as dificuldades e obstáculos em cada momento dessa jornada. A ele toda honra e todo o louvor pelas bênçãos nessa caminhada.

Aos meus familiares, que direta e indiretamente me apoiaram com sua paciência e carinho.

À professora Prof.^a M.^a Leijdane Fernandes Baleeiro, orientadora, pelo seu conhecimento, colaboração, paciência e compromisso. Sinceros agradecimentos.

Aos professores e colegas dos semestres que compartilharam conosco os seus saberes e motivações, alegrias e tristezas, por onde temos passado.

A professora Vânia Marques Pinto e o professor Juliano da Silva Vilas Boas por aceitarem fazer parte da banca examinadora.

Aos sujeitos que participaram desta pesquisa pela colaboração na realização deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi/BA.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a minha formação acadêmica.

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.

Paulo Freire

RESUMO

As sementes que são conservadas e melhoradas pelas famílias de agricultoras/es são chamadas de sementes crioulas. E a continuidade dessas sementes é missão da agricultura familiar que adaptam essas sementes aos ambientes locais, garantindo a diversidade alimentar. O presente trabalho teve por objetivo investigar as mulheres agricultoras e sua experiência prática de produção e seleção das sementes crioulas. Os sujeitos da pesquisa foram quatro mulheres agricultoras que participaram do projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”, na comunidade de Lagoa Nova, município de Guanambi/BA. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia foi fundamentada numa abordagem qualitativa em que se utilizou como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada e análise documental. O referencial teórico utilizado foi baseado nas discussões metodológicas de Bardin (2011), Ludke; André (1986), Marconi (1990), Teixeira (2008) e Triviños (2010). A Legislação, como a Lei de Sementes e Mudas de 2003 nº 10/711, dentre outras legislação. E de autores que discutem a agricultura familiar, mulheres e agroecologia, como, Giovane (2010), Guimarães (2016), Londres (2006), Lunas (2015), Paulino e Gomes (2015), Pimenta (2018), Silva (2011), Sambuichi (2017), Pastório; Roesler (2014), Wanderley (2001), dentre outros autores/as. Os resultados obtidos nessa pesquisa apontaram que as famílias agricultoras são importantes para preservação das sementes crioulas, uma vez que essas sementes resistem até os dias atuais devido ao trabalho dessas famílias. Percebemos que essas mulheres agricultoras trazem consigo muitos aprendizados e conhecimentos que aprenderam com seus pais, avós e esses conhecimentos são ampliados com a troca de experiências e incentivo da produção. Contudo, a agricultura familiar precisa ter mais investimento de políticas públicas, e apoio do governamental para que as/os agricultoras/es consigam manter-se no campo, preservando as sementes crioulas, e produzindo alimentos saudáveis através de práticas agroecológicas.

Palavras-chave: Mulheres agricultoras. Sementes crioulas. Preservação.

ABSTRACT

The seeds that are conserved and improved by the families of farmers are called creole seeds. And the continuity of these seeds is the mission of family agriculture that adapt these seeds to local environments, ensuring food diversity. The objective of the present work was to investigate the female farmers and their practical experience of production and selection of the native seeds. The research subjects were four women farmers who participated in the project "Peasant Women Preserving Creole Seeds: Building Food Sovereignty" in the community of Lagoa Nova, municipality of Guanambi / BA. In order to reach the proposed objectives, the methodology was based on a qualitative approach in which semi-structured interviews and documentary analysis were used as data collection techniques. The theoretical framework used was based on the methodological discussions of Bardin (2011), Ludke; André (1986), Marconi (1990), Teixeira (2008) and Triviños (2010). Legislation such as the Seeds and Seedlings Act 2003 No. 10/711, other legislation. And from some authors who discuss family agriculture, women and agroecology, such as, Giovane (2010), Guimarães (2016), London (2006), Lunas (2015), Paulino and Gomes (2015), Pimenta (2018), Silva (2011)), Sambuichi (2017), Pastório; Roesler (2014), and Wanderley (2001), among other authors. The results obtained in this research pointed out that the agricultural families are important for the preservation of the creole seeds, since these seeds resist to the present day due to the work of these families. We realize that these women farmers bring with them many learning and knowledge that they have learned from their parents, grandparents, and this knowledge is amplified with the exchange of experiences and encouragement of production. However, family agriculture needs to have more public policy investment, and government support so that they can attend to all the farmers, so that they can stay in the field, preserve the creole seeds, and produce healthy food through agro-ecological practices

Keywords: Women farmers. Creole seeds. Preservation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMATER	Associação do Movimento Ambientalista Terra
ANA	Articulação Nacional da Agroecologia
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
CASA	Centro de Agroecologia no Semiárido Brasileiro
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROF.	Professor
PROF.^a	Professora
RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudas
RNC	Registro Nacional de Cultivares
SUAF	Superintendência de Agricultura Familiar
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA NA PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS	14
2.1 Histórico das Sementes Crioulas e seus Aspectos Legais.....	16
2.2. Agroecologia e a Relação entre as Mulheres Agricultoras.....	20
3. MULHERES AGRICULTORAS E SUAS EXPERIÊNCIAS COM AS SEMENTES CRIOULAS: DISCUSSÕES DOS DADOS DA PESQUISA.....	21
4. CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	34

1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado para apresentação e conclusão do Curso de pós-graduação em Educação do Campo da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação CAMPUS – XII, no qual abordo o papel das mulheres agricultoras na comunidade Lagoa Nova em Guanambi/BA, na preservação das sementes crioulas.

O meu interesse por essa temática foi suscitado diante das minhas vivências como agricultora e filha de agricultores que cultivam sementes crioulas e lutam para conservá-las e preservá-las, somado a minha atuação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi/BA, como dirigente sindical e como agente multiplicadora do projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”, que é objeto de estudo desse trabalho.

As sementes crioulas são aquelas conservadas e melhoradas pelas famílias de agricultoras/es no decorrer da história e trazem consigo um legado de seus antepassados, representando assim um patrimônio da humanidade. A continuidade dessas sementes é missão da agricultura familiar que as adaptam aos ambientes locais, garantindo a diversidade alimentar.

No decorrer dos anos a prática do cultivo das sementes crioulas foi diminuindo, principalmente após a inserção de sementes híbridas e transgênicas na agricultura familiar. Buscando valorizar a prática de cultivo das sementes crioulas por agricultoras familiares, formulei a seguinte questão problema que orienta este trabalho: Como as mulheres agricultoras e sua experiência prática contribuem com a preservação das sementes crioulas?

Nesse sentido, este estudo se propõe a investigar as mulheres agricultoras e sua experiência prática de produção e seleção das sementes crioulas, desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos: a) Discutir sobre a importância das sementes crioulas para a produção de alimentos saudáveis, apontando assim algumas das políticas de incentivo para o manejo das sementes crioulas; b) Identificar como as mulheres envolvidas no projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”, na comunidade de Lagoa Nova, no município de Guanambi/BA deram continuidade à produção e preservação das sementes crioulas após o término do projeto.

Inicialmente, ao delimitar este tema de pesquisa, fiz uma ampla investigação exploratória e bibliográfica na internet, e observei que são poucos artigos relacionados sobre as mulheres agricultoras que trabalham no campo para preservar as sementes crioulas. Nesse

sentido, esse artigo objetiva contribuir para a visibilidade dessas mulheres agricultoras que lutam para preservarem as sementes crioulas.

Paralelamente a isso, tivemos apoio das disciplinas do Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, UNEB - Campus XII, que trouxe algumas considerações sobre a importância das/os agricultoras/es para a produção e preservação das sementes, bem como, o cuidado que nós devemos ter com o meio ambiente onde vivemos. Durante o decorrer do curso foi ressaltado também a importância da agroecologia na agricultura familiar como meio de desenvolvimento do campo.

As experiências vividas no projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”, na qual participei como agente multiplicadora, se deu a partir da troca de experiências junto com as/os agricultoras/es e técnicos, com realização de oficinas, palestras e dias de campo em outros municípios e na associação. Durante esse acompanhamento foi proporcionado aprendizagens e ampliação dos conhecimentos sobre as sementes crioulas e sua importância no campo, e em função disso relato que minha experiência vivida durante o projeto foi de grande importância acerca da valorização dos saberes e das sementes.

O projeto, “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”, objeto de estudo desta pesquisa, foi desenvolvido entre os anos de 2010 a 2012, com período de execução de doze meses. O projeto buscou a implantação de campos de multiplicação de sementes crioulas para a produção no campo, procurando assegurar e resgatar a cultura das sementes crioulas, bem como garantir a soberania alimentar das famílias camponesas no semiárido. E seu objetivo geral foi construir com as mulheres camponesas, a experiência prática e teórica de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, bem como sensibilizar a sociedade para a situação de degradação da natureza e a necessidade de retomar o cuidado com a vida (AZEVEDO, 2011).

Durante o desenvolvimento do projeto, foi proposto desenvolver entre as mulheres participantes, técnicas de manejo das culturas, da água e do ambiente de forma agroecológica. Elevar a autoestima e valorização do trabalho da mulher camponesa. Criar novas relações de gênero e uma consciência mais aprofundada do ambiente como um todo. Obter e aumentar o conhecimento técnico, no processo de produção de sementes crioulas. Desenvolver métodos de armazenamento das sementes e regulamentar as variedades crioulas existentes na região (AZEVEDO, 2011).

Na execução do projeto, foram instalados quinze campos de multiplicação das sementes crioulas nos seguintes municípios do território Sertão Produtivo: Brumado, Caetité,

Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiu, Lagoa Real, Malhada de Pedras, Matina, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras e Urandi. No município de Guanambi¹, foram instalados nas comunidades de Lagoa Nova e Capim de Raiz, sendo este o campo que acompanhei como agente multiplicadora.

O público alvo dessa proposta foram mulheres camponesas que tinham suas famílias excluídas do processo produtivo e eram atendidas pelos Programas Sociais governamentais. As famílias participantes residiam na zona rural e desempenhavam atividade agrícola. Os técnicos visitaram as propriedades rurais das agricultoras, juntamente com as agentes multiplicadoras, onde realizavam a avaliação de toda a condução e orientação das técnicas adequadas para o plantio, tratos culturais, colheita, armazenamento e comercialização. As agentes multiplicadoras capacitavam e acompanhavam as mulheres desde a implantação dos campos, até o armazenamento das sementes.

O projeto foi uma ação da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, juntamente com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)², com a Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), e a Associação do Movimento Ambientalista Terra (AMATER), com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi, as Associações Comunitárias, e também com a colaboração das famílias agricultoras. A presente pesquisa foi realizada na comunidade de Lagoa Nova, localizada na zona rural do município de Guanambi/BA, especificamente com as mulheres agricultoras. As participantes das entrevistas semiestruturada (APÊNDICE A), foram quatro mulheres que participaram do projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”. São mulheres casadas, com idades entre 50 e 65, que possuem de 01 a 04 filhos.

Para efetivar essa pesquisa, optei pela metodologia de cunho qualitativa que é aquela pesquisa em que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, conforme Teixeira (2008, p. 137), “na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reproduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica”. Nesse sentido, utilizamos a pesquisa de campo e análise de documento.

Como qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo parte do levantamento bibliográfico. Pois, procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no

¹ Município localizado no sudoeste baiano, a 796 km da capital. (IBGE, 2015).

² Esse órgão foi extinto com o decreto 17.037/2016, publicado na edição do dia 24/09/2016 do Diário Oficial do Estado. A instituição foi substituída pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), no regime especial de administração direta, na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e análise documental.

A análise documental é um procedimento em que o investigador analisa os documentos do lugar escolhido para sua fonte de pesquisa, adquirindo os dados, de acordo com o tema de sua pesquisa. “O objetivo da análise documental é identificar, em documentos primários, informações que sirvam de subsídio para responder alguma questão de pesquisa” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Para desenvolver uma análise documental e análise dos dados recorreremos análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2011, p. 37).

A análise de conteúdo tem um campo vasto e deve está voltada sempre para o objetivo da pesquisa a fim de levantar interpretações através das comunicações entre emissor e receptor. Na qual, a análise de conteúdo permite contextualizar os relatos das entrevistas, na tentativa de encontrar respostas para o problema da pesquisa.

Para Marconi (1990, p. 84) “a entrevista é um encontro entre duas pessoas ou mais, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. As entrevistas são utilizadas quando os dados não são encontrados em registros e em documentos, mas que podem ser fornecidos por indivíduos. Elas são preparadas e planejadas visando o objetivo da pesquisa.

A entrevista semiestruturada oferece condições para que o informante fale espontaneamente sobre o tema, por meio da qual ele segue uma linha de pensamento com base no tema proposto, e com suas experiências enriquecem a pesquisa. Conforme Triviños (2010, p. 146) a entrevista semiestruturada,

[...] é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do informante.

O artigo está organizado em três seções interdependentes. A primeira procurou contextualizar brevemente as questões da pesquisa acompanhadas dos objetivos, apresentar os aspectos metodológicos do estudo, seção em que foi exposta a abordagem e o tipo de pesquisa, a caracterização do campo de pesquisa, a escolha das participantes, os instrumentos e procedimentos da coleta dos dados, a descrição de como foram organizados e analisados os dados coletados.

A segunda seção trata-se do referencial teórico, em que procuramos conceituar as categorias do estudo e discutimos a temática à luz de vários autores sobre sementes crioulas. Nessa seção, buscou-se descrever algumas considerações acerca da agricultura familiar e sua importância para preservar as sementes crioulas; também abordamos o histórico das sementes crioulas através de uma breve discussão sobre as políticas de incentivo para o manejo dessas sementes, pautada na Legislação de Sementes e Mudanças; e, por fim, a relação entre agroecologia e mulheres agricultoras.

Na terceira seção, sistematizamos os dados coletados, pela interpretação e compreensão das vozes dos sujeitos das entrevistas intercaladas com subsídios teóricos e contextuais, apresentando resultados para o objetivo da pesquisa. As considerações finais trazem reflexões sobre as mulheres agricultoras que buscam preservar as sementes crioulas, através de suas experiências e com apoio das políticas públicas, bem como mostrando a importância da agroecologia para produção de alimentos saudáveis.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA NA PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS

A agricultura familiar, segundo Neves (2012, p. 33) “corresponde às formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”, no qual as formas de organização e gestão da propriedade são definidas pela própria família. Sobre esta categoria Wanderley afirma que:

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (2001, p. 21).

Para o sujeito agricultor familiar foram empregadas várias nomenclaturas: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência. Na qual, leva em conta o contexto social e às mudanças sofridas pela categoria. Segundo a Lei 11.326/2006:

Art. 3º Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar é desenvolvida nas pequenas propriedades, e “tem mantido como marca indelével da sua presença a ênfase na produção de alimentos, tanto para a reprodução da família tanto para o abastecimento da sociedade em sentido amplo (CARVALHO E COSTA, 2012, p. 30). São também as/os agricultoras/es familiares que desenvolvem práticas tradicionais e conhecimentos populares de cultivo de suas próprias espécies de sementes, que eles mesmos conservam, selecionam e que são fundamentais para garantir a preservação de diversas variedades de sementes, denominadas de sementes crioulas.

Giovane (2010, apud CORTEZ 2010, p. 01), destaca que, os agricultores fazem uso das sementes crioulas porque são muito vantajosas, “são mais resistentes e dependem menos de insumos, pois são adaptadas às características do local de onde são nativas, beneficiando também a manutenção da biodiversidade”.

As famílias agricultoras do Semiárido se dedicam a guardar as sementes que herdaram dos seus antepassados, e guardam consigo um tesouro de pura fertilidade. Assim, as sementes tradicionais são passadas de geração em geração, e devido ao tempo já desenvolveram a resistência necessária para se transformar em uma planta saudável e gerar outras plantas, adaptando às condições específicas do lugar. Delas brotam os saberes e nutrientes para uma alimentação diversa, saborosa e saudável.

As sementes crioulas, também são denominadas de sementes da paixão, sementes da gente, sementes “das avós”, sementes locais, sementes nativas, sementes tradicionais, sementes de cultivares locais, sementes da resistência, sementes da fartura e sementes da vida, pois sua denominação depende de cada região, uma vez que preservam a cultura e a tradição local. Como afirma, no inciso XVI do caput do art. 2º da Lei nº 10/711, de 05 de agosto de 2003:

Cultivar local, tradicional ou crioula: variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais (BRASIL, 2003).

Deste modo, as sementes crioulas representam a cultura e o social de um povo, na qual predomina a conservação e o melhoramento das sementes pelas famílias de agricultoras/es. Os agricultores e agricultoras têm desenvolvido um papel importante na preservação das sementes crioulas, uma vez que eles selecionam, guardam e fazem a troca das sementes entre si, garantindo uma variedade de sementes para o plantio de cada ano. Giovane, (2010, apud CORTEZ 2010, p. 01), complementa ainda, que “o cultivo das sementes crioulas contribui com o fortalecimento da agricultura familiar, na qual as diferentes sementes são usadas na culinária, no artesanato, na gastronomia”, dentre outros.

No entanto, esses agricultores têm enfrentado muitos desafios impostos pelas grandes empresas que querem produzir em grandes quantidades com suas sementes transgênicas e o uso de agrotóxicos, com isso as sementes crioulas estão diminuindo as suas variedades, havendo um empobrecimento da dieta alimentar.

Destacamos que a agricultura familiar é de suma importância para preservação das sementes crioulas, haja vista que as/os agricultoras/es trazem muitos conhecimentos dos seus antepassados para manuseio com as sementes. Então, é preciso que as políticas públicas consiga atender as/os agricultoras/es para que elas/es permanecem com o trabalho no campo, para fortalecimento da agricultura.

2.1 Histórico das Sementes Crioulas e seus Aspectos Legais

As primeiras leis de sementes e mudas surgiram na Europa e nos Estados Unidos em meados do século passado, como forma de garantir o acesso às sementes e mudas de boa qualidade, para que pudesse aumentar a produtividade agrícola e a oferta de alimentos (LONDRES, 2006). Assim, a partir de 1950, os países ricos começaram a aprovar leis que regulamentavam a produção e a venda de sementes, beneficiando grandes empresas.

Essas empresas visando apenas o lucro, impuseram as monoculturas, os agrotóxicos, as altas tecnologias, as sementes híbridas e transgênicas, tirando das/dos agricultoras/es a continuidade da produção com as sementes crioulas. Uma vez que, conforme Londres (2006, p.06) “as leis criadas dizia que sementes eram apenas os materiais desenvolvidos por especialistas de centros de pesquisa e empresas, e que as sementes tradicionalmente melhoradas e conservadas por agricultores eram classificadas apenas como grão”.

Aos poucos, o jeito de fazer agricultura, sofreu profundas mudanças com a imposição da Revolução Verde³ e a Biotecnologia⁴. Esse modelo de agricultura provocou o empobrecimento dos camponeses e das camponesas, expulsou muitas famílias do campo concentrando a terra e a renda. Destruiu os recursos naturais e a agrobiodiversidade. Mas muitas famílias resistiram ao pacote tecnológico e continuaram a produzir suas próprias sementes, como afirma Guimarães (2016). E atualmente, milhares de famílias fazem esse trabalho agroecológico de resgate e multiplicação de sementes crioulas, bem como organizam bancos de sementes em suas comunidades.

No Brasil, a história das Legislações de Sementes e Mudas passa a valer com a edição da Lei Agrícola, que se constituiu a garantia nas operações de crédito rural, incluindo indenização caso houvesse quebra de safra por ocorrência de eventos climáticos. Já a Lei nº 8.974, de 5/1/1995 – Normas para uso de engenharia genética (Lei de Biossegurança) estabelecem normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados.

No ano seguinte, foi à vez da Lei nº 9.279, de 14/5/1996 – Lei da Propriedade Industrial, que regulamenta os direitos e as obrigações relativas à propriedade industrial, a lei atua por meio da concessão de patentes, marcas, desenhos industriais e localizações geográficas. Na Lei nº 9.456, de 25/4/1997 – Lei de Proteção de Cultivares consolidou a proteção da propriedade intelectual no setor de melhoramento vegetal com resultados imediatos nas instituições de pesquisas agropecuárias e no setor produtivo de sementes.

Na Lei nº 9.972, de 25/5/2000 - Institui a Classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos, institui a classificação de produtos animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal destinados ao consumo e à industrialização. E a Lei nº 9.973, de 29/5/2000 – Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.

A Lei nº 10.711, de 5/8/2003 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, tem por objetivo garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional. E por fim, a Lei nº 11.105, de 24/3/2005 – Lei de Biossegurança, institui normas de segurança e

³ Revolução Verde representa um novo sistema produtivo, que envolve novas técnicas, novos instrumentos mecânicos, novos insumos e novas sementes melhoradas, e tem início com Norman Borlaug quando inventou o milagre do trigo no México, em 1954 (GUIMARÃES, 2016).

⁴ Biotecnologia é a alteração genética – modificando ou introduzindo genes – de um organismo vivo a partir de uma aplicação tecnológica (GUIMARÃES, 2016).

mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados.

Ao analisarmos os aspectos históricos das Legislações de Sementes e Mudanças, observamos que cada período traz características importantes para compreendermos a evolução das leis. Haja vista, que apesar dessas leis ainda há muito a se fazer para que possamos ter uma agricultura familiar que ofereça um desenvolvimento sustentável no campo.

A partir da Lei de Sementes e Mudanças de 2003, a Lei nº 10/711 prevê no capítulo I Disposições preliminares, no Art. 1º “O Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, instituído nos termos desta Lei e de seu regulamento, objetiva garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional” (BRASIL, 2003).

Percebe-se que a partir dessa lei as/os agricultoras/es puderam produzir, estocar, trocar, fazer financiamento e possibilitar que mais pessoas tivessem acesso a esse material genético, e vender entre si as sementes crioulas. Uma vez que até 2003, a lei brasileira de sementes dizia que para serem sementes tinha que ser desenvolvidas em centro de pesquisa, registradas e certificadas.

Ao analisarmos a Lei de Sementes e Mudanças de 2003, notamos diversos pontos positivos para a agricultura familiar: primeiro ponto é o reconhecimento de que as sementes crioulas também são semente, como se observa no Artigo 2º inciso XVI “reconhece a existência da semente crioula”. Com isso, as sementes crioulas deixaram de ser vista apenas como grão.

Segundo ponto, é que as/os agricultoras/es familiares não precisavam de registro no Ministério da Agricultura para produção de sementes ou mudas, como se observa no Artigo 8º, parágrafo 3º “diz que os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas não precisam ser registrados no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASEM), do Ministério da Agricultura, para produzir, trocar ou vender sementes ou mudas entre si” (BRASIL, 2003). Assim, ninguém pode proibir um agricultor ou uma agricultora de produzir, trocar e vender suas sementes para outros agricultores.

Terceiro ponto, é que as sementes crioulas não precisam do registro no Registro Nacional de Cultivares, uma vez que para vender semente no mercado formal teria que ter o registro, como se observa no Artigo 11º, parágrafo 6º “estabelece que as variedades crioulas não precisam da inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC)”. Então, essa lei veio para facilitar a venda das sementes crioulas.

Quarto ponto, refere-se a proibição da exclusão das sementes ou mudas crioulas dos programas de financiamento, ou dos programas públicos de distribuição ou troca de sementes, como se observa no Artigo 48º, “proíbe o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivar crioula em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes” (BRASIL, 2003). Ou seja, o governo poderia distribuir também as sementes crioulas em seus programas.

No entanto, a Lei de Sementes e Mudas de 2003, a Lei nº 10/711 ao mesmo tempo em que possibilita a troca e a comercialização de sementes crioulas entre agricultoras/es familiares, proíbe o acesso público ao mercado de forma ampla. Ou seja, essa lei inclui as sementes crioulas no sistema, mas exclui do mercado formal.

Uma vez que só poderiam trocar ou vender para as pessoas da agricultura familiar camponesa. Mas se for através de uma cooperativa, associação ou sindicato, só pode distribuir (não pode vender), e mesmo assim só para as/os agricultoras/es que sejam associados/as àquela organização. E isso só pode ser feito se a semente ou muda for crioula.

Nesse sentido, a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA)⁵ vem lutando para que a Lei que permite o comércio entre agricultoras/es familiares deveria ser automática para as organizações constituídas exclusivamente de agricultoras/es familiares. Ou seja, para que a mesma permissão que vale para aos agricultores, passe a valer também para as suas organizações. Assim, todos aos agricultores familiares poderiam ter acesso às sementes crioulas independente de suas organizações.

Além das leis que fortaleceram a agricultura familiar camponesa, temos também as políticas públicas que possibilitam a melhoria de vida no campo, como exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Por meio dessa política pública as/os agricultoras/es podem financiar a lavoura e plantar com suas próprias sementes, as sementes crioulas.

De acordo o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

⁵ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. (ANA, 2016).

Apesar desses avanços, a preservação dessas sementes crioulas é cada vez mais difícil, devido aos constantes avanços tecnológicos que o sistema produtivo vem passando, onde se busca novos recursos para o aumento da produtividade.

Desta forma, para manter a qualidade e a saúde das sementes crioulas precisamos ampliar nosso conhecimento técnico, observar nossas lavouras, registrar informações e partilhar as experiências e os conhecimentos entre as/os agricultoras/es familiares.

Quadro 1: Eventos históricos sobre a Legislação de Sementes e Mudas

DATAS	EVENTOS HISTÓRICOS
1991	Lei nº 8.171, de 17/1/1991 - Lei Agrícola.
1995	Lei nº 8.974, de 5/1/1995 – Normas para uso de engenharia genética. Lei de Biossegurança.
1996	Lei nº 9.279, de 14/5/1996 – Lei da Propriedade Industrial.
1997	Lei nº 9.456, de 25/4/1997 – Lei de Proteção de Cultivares.
2000	Lei nº 9.972, de 25/5/2000 - Institui a Classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos.
2000	Lei nº 9.973, de 29/5/2000 – Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.
2003	Lei nº 10.711, de 5/8/2003 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.
2005	Lei nº 11.105, de 24/3/2005 – Lei de Biossegurança.

Fonte: Texto da nova Lei de Sementes e Mudanças, aprovada em 2003, e LONDRES (2006). Quadro elaborado pela autora.

2.2. Agroecologia e a Relação entre Mulheres Agricultoras

A agroecologia representa uma nova forma de abordar a agricultura, sendo uma ciência que envolve sustentabilidade ambiental, financeira, justiça social, luta, resistência e alternativas para produção de alimentos saudáveis, perpetuando conhecimentos tradicionais das populações locais. Como afirma Paulino e Gomes (2015, p. 01). “a agroecologia visa uma prática agrícola alternativa com preceitos ecológicos e sustentáveis, na qual os agricultores que participam desta rede defendem constantemente uma identidade campesina e tradicional em contraposição à modernização capitalista”.

As práticas agroecológicas se contrapõem e é uma alternativa aos pacotes tecnológicos de crescimento da produção e aumento da produtividade, desencadeados pela chamada

“revolução verde”, onde prevalece o monocultivo desenvolvido com o uso de implementos, fertilizantes e agrotóxicos (PIMENTA, 2018).

Apesar da imposição desse modelo de agricultura aos agricultores familiares, muitos resistiram ao seu uso. Pimenta (2018, p. 18) ressalta que, “sobretudo resistiram as mulheres, que seguiram preservando as sementes, cultivando os quintais e garantindo a subsistência das famílias”.

Diante disso, podemos afirmar que historicamente as mulheres agricultoras desempenharam e desempenham um papel fundamental na construção da agroecologia. Pois, suas práticas contribuem para a preservação da biodiversidade e das sementes crioulas e garantem a segurança e soberania alimentar. Nesse sentido, Lunas ressalta que:

Na agroecologia é fundamental visibilizarmos e potencializarmos o trabalho das mulheres na construção de formas de viver e produzir que contribuam para a soberania alimentar, para a preservação da biodiversidade, para o resgate das sementes crioulas, além de práticas agroecológicas e culturais realizadas pelas mulheres das comunidades tradicionais com preservação das espécies tradicionais de cada território. (2015, p. 24).

Por conseguinte, para dar apoio às essas práticas foi instituída uma política mais ampla, voltada à promoção dos sistemas de produção, uma política que visava uma estratégia para o desenvolvimento rural sustentável. Abrangendo os agricultores familiares, as mulheres, e as comunidades tradicionais.

A Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica (PNAPO), instituída em 2012, por meio do Decreto no 7.794, com o principal objetivo de integrar, articular e adequar às diversas políticas, programas e ações desenvolvidas no âmbito do governo federal, que visam induzir a transição agroecológica e fomentar a produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para a produção sustentável de alimentos saudáveis e aliando o desenvolvimento rural com a conservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais. (SAMBUICHI et al, 2017, p. 11).

Consequentemente, essa política é de suma importância para o avanço da agroecologia no sentido de valorizar a produção de alimentos saudáveis livre de insumos sintéticos, a conservação do solo, das águas, da biodiversidade, e a valorização dos conhecimentos das populações tradicionais.

As mulheres agricultoras atuam em todo o processo produtivo, e como percebemos nas citações dos autores mencionados, são as principais responsáveis pela preservação e manutenção dos conhecimentos tradicionais. No entanto, é importante evidenciarmos que a importância desse trabalho por muitas vezes não é reconhecido. Isso acontece tendo em vista

que historicamente, a divisão de papéis entre homens e mulheres, delegou à mulher as tarefas domésticas e organização no convívio familiar, e ao homem o trabalho produtivo e a participação na vida pública.

Essa divisão de papéis tem desvalorizado a importância das mulheres na economia familiar. Segundo Pimenta (2018, p.11), “o entendimento de que o trabalho da mulher na agricultura é provisório e meramente complementar ao trabalho masculino, enraizou-se de tal forma na sociedade, que ainda persiste nos dias atuais a desvalorização e a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres”.

Para enfrentar essa realidade, as mulheres vêm lutando e buscando cada vez mais a sua participação e atuação nos espaços públicos e também pelo reconhecimento da sua importância no papel produtivo. Desse modo, a construção da agroecologia perpassa pela luta das mulheres por direitos e pelo reconhecimento do seu papel da sociedade, “ainda que as formas de conceber os processos de construção possam ser (e efetivamente são) distintas, lidar com o conceito de gênero significa colocar-se contra a naturalização do feminino e obviamente, do masculino” (LOURO, 2007, p.207).

A desigualdade entre mulheres e homens não é natural, e sim uma construção da sociedade, no qual historicamente as mulheres estão em condição de submissão e desigualdade em relação aos e os homens. Desde então, “as relações sociais de gênero é uma maneira de chamar essas relações desiguais, justamente com o objetivo de caracterizá-las como uma construção social e não como algo que resulta da natureza ou do sexo biológico” (LUNAS, 2017, p. 08).

Fazem parte desse processo social de desigualdade, a exploração, a dominação e a opressão, resultando numa desvalorização do que é feminino em relação ao masculino. E esse modo de educar que acaba por inferiorizar as mulheres diante dos homens, determinando diferentes para cada um: o feminino e o masculino.

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho é o processo de separação do trabalho do homem e do trabalho da mulher, e essa divisão também é definida pelas atividades realizadas pelos homens que são valorizadas e consideradas de maior prestígio. Enquanto que o trabalho da mulher é desvalorizado, principalmente no âmbito doméstico. Segundo Lunas (2017, p. 11),

A divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (agricultura, pecuária, indústria e tudo que se associa ao mercado e a serviços remunerados) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (trabalho doméstico, cuidados com a horta e os pequenos animais e tudo que é feito para uso próprio, além da reprodução da própria família, como cuidados com os

filhos, idosos e doentes). E quando a mulher vai para o campo, o que ela faz não é visto como trabalho, apenas uma ajuda ao homem.

Portanto, a igualdade entre homens e mulheres perpassa por uma autonomia das mulheres em relação aos homens nessa divisão de trabalho, haja vista que as mulheres são as principais responsáveis pela preservação e manutenção dos conhecimentos tradicionais. Assim, as mulheres agricultoras lutam por reconhecimento junto à sociedade, pois elas têm desenvolvido o trabalho de conservação das sementes crioulas.

3. MULHERES AGRICULTORAS E SUAS EXPERIÊNCIAS COM AS SEMENTES CRIOULAS: DISCUSSÕES DOS DADOS DA PESQUISA

Esta seção tem como objetivo apresentar as experiências das mulheres agricultoras, da comunidade Lagoa Nova, município de Guanambi/BA, com a prática de cultivo e preservação das sementes crioulas. As mulheres entrevistadas participaram do projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”, entre os anos de 2010 e 2012.

Neste sentido, buscamos identificar como essas mulheres compreendem a importância das sementes crioulas, como realizam o cultivo e a preservação das sementes e como deram continuidade à produção, após o término do projeto.

Como já citamos no decorrer desse trabalho, as sementes crioulas são sementes que trazem consigo uma tradição, uma cultura própria de sua localidade, este também expressa o entendimento das mulheres agricultoras participantes desta pesquisa. Na concepção de Lírio, “as sementes crioulas são aquelas sementes que foram trabalhadas pelos nossos antepassados, que veio de nossos avós, pais e foi passando para geração dos netos, e continua”. No entendimento de Margarida “sementes crioulas é aquela semente que nós plantamos ela, colhemos, no outro ano nós tornamos plantar”. A Rosa, também tem o mesmo entendimento, “semente crioulas que eu entendo é plantar o feijão, a mesma semente que eu colhi”.

As falas das mulheres agricultoras corroboram com a afirmação de Maicá (2012, p. 703) no qual destaca que a semente crioula “é o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivado, pelos camponeses que ali habitam”.

Diante das falas apresentadas percebemos a importância das famílias agricultoras na preservação das sementes crioulas, uma vez que essas sementes resistem até os dias atuais

devido ao trabalho dessas famílias. Neste processo de preservação das sementes, as mulheres são protagonistas, uma vez que elas têm guardado essas práticas adquiridas com os antepassados e que são indispensáveis para o manejo com as sementes crioulas.

Ao realizarmos este estudo, percebemos que as mulheres agricultoras trazem consigo muitos aprendizados e conhecimentos que aprenderam com seus pais, avós e esses conhecimentos são ampliados com a troca de experiências e incentivo da produção. Nesse sentido, Pastório e Roesler, destaca que:

A participação da mulher em espaços produtivos como a agricultura, avança quanto à percepção subjetiva de seu reconhecimento, principalmente por elas mesmas, que passam a se ver como conhecedoras e manipuladoras do processo de produção agrícola em suas propriedades rurais familiares reconhecendo-se como sujeitos que estão nas relações tanto subjetivas quanto de trabalho ocorridas no meio rural, em patamar de igualdade enquanto ser humano. (2014, p. 05).

Assim, os projetos desenvolvidos nas comunidades são fundamentais para que os conhecimentos acerca da importância das sementes crioulas para uma alimentação saudável e uma agricultura agroecológica possam ser aprofundados entre as mulheres, como destaca a Margarida “muito importante que a gente soube organizar as coisas em produto orgânico, não tem veneno para nós comer em nossa mesa, em nossa mesa nós só temos produto bom, que nós plantamos a hortaliça, plantamos o feijão e nós não jogamos o veneno”.

Com efeito, as sementes crioulas são indispensáveis para uma alimentação saudável, na qual, essa semente “é uma semente que a gente planta sem tóxico, é uma semente boa, que nós mesmos plantamos, colhemos e guardamos para plantar” (VIOLETA). Ou seja, uma alimentação saudável seria uma alimentação, onde não se faz uso de agrotóxicos, conforme relata a Margarida, “é que nós não jogamos tóxico, nós batemos o veneno com as folhas de ninho e colocamos nas roças e hortaliças. E plantamos e colhemos sem um veneno”.

As participantes da pesquisa, já tinham a prática de preservação das sementes crioulas, antes de participarem do projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar” e reconhecem a importância deste para a ampliação dos conhecimentos em relação às sementes, como afirma a Rosa “essas práticas a gente aprendeu com nossos antepassados, país, avós, a gente já tinha o conhecimento, mas foi ampliando mesmo o conhecimento com o projeto que desenvolveu na nossa comunidade”.

As mulheres agricultoras também relatam sobre a sua percepção de como o projeto foi desenvolvido na comunidade:

Naquela época assim que começamos nós teve um grupo de mulher camponesa, teve a visita técnica o técnico vinha olhar, incentivar que foi muito bom, teve o CASA que nós ajudou, a ASA foi muito bom, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tudo nós ajudou. Foi muito importante sobre essas palestras, nós tínhamos o grupo de mulheres camponesas essas mulheres nós ajudou muito a incentivar as sementes crioulas do que nós capinávamos, arávamos, era muito bom, pegávamos animal. Uma pegava o animal, outra arava, outra samiaava, outra tapava, foi muito importante aquilo em nossa comunidade. (ROSA).

O projeto foi desenvolvido através do Sindicato dos Trabalhadores de Guanambi e com as nossas mulheres da nossa comunidade, que trabalhamos na roça, e que plantemos e colhemos essas sementes crioulas. É trabalhei na roça, gostei muito, e eu fui uma das que fiz parte do trabalho da roça, gostei muito. (ROSA).

A Rosa, fala do trabalho desenvolvido na roça, pois, durante o projeto, o cultivo das sementes crioulas, foi desenvolvido de forma coletiva, todas trabalhavam na mesma área, do plantio à colheita. Esta forma de organização da produção foi importante para se desenvolver a percepção de trabalho coletivo. No entanto, as mulheres não deram continuidade a essa forma de organização após o fim do projeto. Atualmente muitas delas, a exemplo das participantes da pesquisa, continuam a cultivar as sementes crioulas, mas cada uma no seu quintal.

Ainda que o trabalho deixasse de ser organizado em áreas coletivas, as mulheres mantêm a preservação das sementes crioulas, continuam o processo de conservação e seleção das sementes e ainda prevalece o seu caráter coletivo, pois as mulheres trocam conhecimentos e experiências e, sobretudo compartilham entre si as sementes e produção do seu quintal.

Consequentemente então, os conhecimentos e ideias também são compartilhados através das próprias mulheres no dia a dia, durante as conversas com as vizinhas, nas reuniões da associação, etc. Com isso, percebemos nas entrevistas que durante os processos de produção das sementes crioulas, os homens (maridos e filhos) participam, mas para compartilhar os conhecimentos e fazer a troca de sementes, é a mulher quem mais atua nesse processo.

Eu compartilho assim que eu falo para elas que as sementes, é uma semente boa que a gente tem que guardar aquelas semente apurada pra elas não misturar com as sementes ruins, então muita gente esta orientado que a semente boa serve pra plantar, é a semente chamada semente crioula hoje, semente separada, semente boa para produzir. (VIOLETA).

Durante esse processo de compartilhamento do conhecimento, acontece também a troca de sementes crioulas entre as mulheres, haja vista que muitas famílias guardam essas sementes em casa ou nos bancos de sementes crioulas comunitários, que são bancos criados nas associações, cujo objetivo é armazenar variedade de sementes, para que as/os

agricultoras/es possam ter acesso durante o processo de plantação. Na comunidade onde foi realizada as entrevistas as mulheres agricultoras guardam as sementes crioulas em casa, nas garrafas peti de plásticos (APÊNDICE C). Observe essa fala de uma da entrevistada sobre a troca de sementes:

Se eu não tiver semente, eu vou à casa da comadre, da vizinha. Se a minha tiver pouca, ela me arruma um pouco da semente para eu plantar. Quando eu colher eu devolvo para ela. E eu sou assim, nós trabalhamos em parceria, nós trabalhamos tudo junto, em união. O dia que eu não tenho a semente para plantar, ela tem, arruma para mim. O dia que ela não tem eu arrumo para ela. (MARGARIDA).

Em decorrência também dos conhecimentos compartilhados, notamos que isso faz com as sementes crioulas permaneçam com suas variedades em cada região, pois assim as agricultoras passam a plantar diversos tipos de sementes, que elas conseguem através das trocas, e dos projetos que também fazem distribuição de sementes e mudas.

É feijão, fique sabendo que era semente crioula, então guardei, plantei e produziu e eu colhi ela agora um semente boa. É Feijão branquinho, um feijão graúdo, feijão bonito, feijão branco. Eu tenho também abóbora que eu planto abobrinha, guardo a semente de melancia, semente boa que eu guardo de um ano para outro, temos hortaliça, temos também o tomate. Tomatinho que nós falamos tomate rosa, um tomate sem veneno, eu não produzo nada de veneno, é só mesmo o ninho, sempre uso ninho para jogar nos pé para modo o pulgão. Então também, eu tenho hortaliça eu planto de tudo, tenho minhas hortas, que eu planto quentro, cebolinha, alface, eu planto também quiabo, guardo a semente do quiabo, guardo a semente de berinjela eu tenho também, não esta aqui, mas tenho de tudo na minha horta. Eu tenho também o limão, que é uma semente boa também que foi é uma semente crioula, que foi do projeto do governo. (VIOLETA).

Do mesmo modo, a Rosa planta em seu roçado umas variedades de sementes, “sorgo, feijão, melancia, abóbora, laranja, cabacinha, alface, coentro”. Assim como a Margarida, que planta “o feijão miúdo, a mandioca que nós plantamos, e as coisas da hortaliça, a semente de alface. Nós plantamos feijão catador, o feijão bico de ouro, e nós plantamos também o feijão manteigão e depois o sempre verde”, (APÊNDICE B).

Mediante o exposto, notamos que essas mulheres agricultoras além de manter vivas as tradições culturais, fazem a preservação das sementes, trabalham em parceria com suas vizinhas, compartilham informações necessárias para manejo das sementes, e fazem a troca garantindo assim que todos tenham as sementes para plantar, bem como aumente a variedade de sementes. E esses conhecimentos servem também para que as agricultoras continuem com as práticas das sementes crioulas em sua comunidade, e amplie seus conhecimentos sobre o plantio, colheita e armazenamento das sementes crioulas.

De acordo com Sambuichi et al:

Outro ensinamento vindo do campo diz respeito ao papel das trocas de sementes. Para além de serem grandes eventos com caráter festivo e de celebração, as feiras e festas de sementes são espaços de intercâmbios de recursos genéticos e de seus conhecimentos associados. Essas trocas são, antes de tudo, uma forma de conservação desses materiais. (2017, p.335).

Com isso, o papel das mulheres agricultoras na preservação das sementes crioula é indiscutível, e já existem diversos espaços que lutam para que as mulheres tenham seu trabalho reconhecido na sociedade, como por exemplo, a Marcha da Margarida⁶ e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que ressalta “assumimos o compromisso de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero” (ENA, 2006, p. 07).

Nesse sentido, para que o trabalho dessas mulheres agricultoras possa ter visibilidade nas comunidades, é preciso que tenham apoio e incentivos, como teve nesse projeto em que elas participaram. Como citamos anteriormente as mulheres agricultoras deram continuidade à produção das sementes crioulas, no entanto fazem a plantação no quintal de casa e não mais em grande quantidade como ocorreu no decorrer no projeto. O importante é que essas mulheres agricultoras continuam produzindo e fazem a plantação com pequenas quantidades de sementes que aumenta a cada ano de plantação, como verificamos nessa fala:

É quando eu comecei eu peguei um pouco do feijão, posso falar que era três covas, três semente desse feijão, eu plantei no primeiro ano, é colhei mais ou menos assim umas 250 litros, mais ou menos desse feijão. Eu replantei de novo no segundo ano, já colhe no terceiro ano, e já estou com três litros desse feijão. (LÍRIO).

As políticas de incentivo para o manejo das sementes crioulas, e o apoio governamental ou de outros órgãos oferecido para as mulheres agricultoras são de suma importância para a continuação e preservação das sementes crioulas. E é fundamental também que o governo ofereça apoio e incentivo para as agricultoras como afirma, a Rosa, “essa política é boa porque é um incentivo para cada produtor da comunidade, às vezes tem alguns de nós que muita das vezes não tem conhecimento, e a gente achando essas políticas para nós indicar é muito bom”.

⁶ Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e de movimentos feministas do Brasil. Luta por um desenvolvimento sustentável, centrado na vida humana e no respeito ao meio ambiente, a diversidade racial, étnica, geracional e cultural e a autodeterminação dos povos. (LUNAS, 2015).

Na comunidade das mulheres agricultoras que participaram da entrevista existem a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da associação local, que são muito importantes para apoio aos agricultores familiares. E tem também de outros órgãos como a ANA, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)⁷, o Centro de Agroecologia no Semiárido Brasileiro (CASA)⁸, que se juntam as associações e desenvolvem projetos, palestras, cursos, reuniões, distribui mudas e sementes crioulas, etc., voltados para a agricultura familiar.

Assim sendo, com apoio desses órgãos as/os agricultoras/es conseguem algumas das políticas de incentivo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Garantia Safra. O Garantia Safra é uma política voltada para as/os agricultoras/es que tenham tido uma produção pequena em sua lavoura, ou perda da safra em razão da seca, assim as/os agricultoras/es recebem um valor em dinheiro para garantir condições de sobrevivência. Como afirma Lírio:

Eu já tive acesso ao garantia safra e o PRONAF. O seguro safra é uma renda a mais que a gente tem e devia continuar, mas muita das vezes é suspensa. Melhorou bastante, muito bom o tempo que durou para mim. Mas existem outras políticas de incentivo que eu acho muito boa, porque essa política incentiva muito as/os agricultoras/es familiares a trabalhar com as sementes crioulas, que são: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Além dessas políticas de incentivo, na comunidade das entrevistadas também são desenvolvidas outras políticas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PNAE “oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública” (FNDE, 2009, p.01). Esse programa adquire os produtos da agricultura familiar. Na qual, “o cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas” (FNDE, 2018, p. 01). E o PAA, “criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar” (BRASIL, 2003, p.01).

⁷ A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) surgiu em 1999, abrange sindicatos rurais, cooperativas, associações de agricultores e agricultoras, e ONG's. Tem como missão desenvolver projetos sustentáveis que desenvolva o semiárido com valores culturais e de justiça social através de políticas públicas (ASA, 2018).

⁸O Centro de Agroecologia no Semiárido, com atuação no semiárido baiano, designado pela sigla CASA, constituído em 03 de setembro de 2002, com sede e foro na cidade de Guanambi, estado da Bahia. O seu objetivo é contribuir para a construção de um semiárido justo e solidário, que proporcione a melhoria da condição de vida das famílias e comunidades que nele habitam, através de uma política de convivência harmoniosa com o ecossistema (CASA, 2018).

Assim, tanto as políticas de incentivo como os conhecimentos compartilhados na comunidade são fundamentais para que essas mulheres agricultoras desenvolvam o trabalho de seleção, produção e cultivo das sementes crioulas. Observe a fala de Lírio, no que se refere à seleção das sementes crioulas, “a seleção é feita através de que a gente colhe, e a gente separa essa sementes boas, a gente ver que as sementes mesmo que dá produção, a gente separa, tira as sementes ruins e as boas”. A Violeta, também tem o mesmo entendimento, “eu separo, quando eu vou pegar o feijão, levo dois cumbá, vou catando as bajem melhor, com os caroços maiores, colhemos até a quantia de eu plantar, e depois eu volto, recatando aquele outro menor”.

Do mesmo modo, a Margarida afirma como o processo de seleção acontece, “nós plantamos o alface, o alface nós não compramos de loja nenhuma para nós plantar, nós tem daquela mesma semente que nós plantamos. Nós a secamos e tornamos plantar”. Ou seja, cada família de agricultora tem suas práticas próprias de produção e seleção das sementes crioulas, na sua comunidade.

Por outro lado, quando perguntamos as entrevistadas sobre a Lei de Mudas e Sementes (2003), percebemos que há um desconhecimento dessa lei por parte de algumas mulheres, visto que dos quatros entrevistadas apenas uma disse ter conhecimentos. Ou seja, elas fazem o trabalho de produção e seleção das sementes crioulas, e vendem os produtos na própria comunidade, mas, no entanto não tem conhecimento da lei. Vejamos o relato de Lírio, que tem conhecimento da lei:

A lei é boa porque garante os direitos dos agricultores familiares na produção das sementes crioulas, e o que precisa ser mudado é que essa mesma lei deve dar continuidade para que os produtores tenham acesso ao mercado, por isso é necessário que esta lei der continuidade de garantir e facilitar para as agricultoras na venda dos produtos para o mercado. Dando também oportunidade de ampliar a sua renda, dando oportunidade para outro as/os agricultoras/es terem acesso a essa semente. (LÍRIO).

Desta maneira, notamos que essa agricultora reconhece que a Lei de Mudas e Semente é importante para que as/os agricultoras/es possam produzir as sementes crioulas em sua comunidade, mas, no entanto fica restrito ao comércio entre os próprios agricultoras/es, e segundo ela essa lei poderia ampliar a venda no comércio para que todos pudesse ter acesso a essas sementes, bem como aumentar a renda dessas famílias.

Conseqüentemente, precisamos continuar lutando para fazer valer as leis que já existem, bem como criar novas leis e projetos de políticas públicas voltadas para a agricultura, como também para as mulheres, que sejam reconhecidas pelo seu trabalho no resgate das

sementes crioulas. Uma vez que, “o acesso a sementes crioulas, orgânicas e agroecológicas é condição determinante para a transição agroecológica e o pleno exercício dos agricultores familiares, povos indígenas e povos de comunidades tradicionais ao livre uso da biodiversidade (SAMBUICHI et al, 2017, p.350).

Portanto, as políticas públicas são ferramentas fundamentais para desenvolvimentos do trabalho das/os agricultas/es no campo, visto que, mesmo depois do término do projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar”, que foi desenvolvimento na comunidade Lagoa Nova, as mulheres agricultoras deram continuidade à produção das sementes crioulas.

Uma vez que durante o desenvolvimento do projeto, elas ampliaram seus conhecimentos sobre o processo de produção das sementes crioulas, que envolve o preparo da terra para o plantio, a escolha da variedade, a qualidade da semente, a forma de colheita e armazenamento, etc. Então, após o fim do projeto as mulheres agricultoras continuaram com essas práticas e faz o plantio todo ano em seu roçado. E como já foi falado por elas, não faz uso de agrotóxicos em sua plantação e sim de práticas sustentáveis que não agridem o meio ambiente.

Por isso, que as mulheres agricultoras vêm lutando por valorização, resgate e pela preservação das sementes crioulas, haja vista que essas sementes representam vida e cidadania, garante à segurança e soberania alimentar, trazem fartura pela capacidade de multiplicação e não dependem de produtos químicos para reproduzir. Além disso, essas práticas estão voltadas para uma agricultura agroecológica.

Dessa maneira, o papel da mulher para preservação das sementes crioulas é de grande relevância e para que as próximas gerações continuem a preservação dessas sementes, fazem-se necessárias políticas públicas e incentivo governamental para que os agricultores e agricultoras consigam manter-se no campo, preservando as sementes e produzindo alimentos saudáveis.

4. CONCLUSÃO

As sementes crioulas são sementes que trazem consigo uma tradição, uma cultura própria de sua localidade, que são adaptadas a sua região, e a cada plantio são melhoradas e conservadas pelas/os agricultoras/es, garantindo assim, que a cada ano possam ser plantada e cultivada novamente sem o uso de agrotóxicos.

As sementes crioulas resistem até os dias atuais através do trabalho das famílias agricultoras, que têm guardado essas práticas de seus antepassados que são fundamentais para o manejo com as sementes crioulas. Com efeito, como foi possível observar em autores pesquisados e em dados analisados nessa pesquisa são as mulheres quem mais atuam na conservação e preservação dessas sementes.

Os dados da pesquisa apontaram a importância do desenvolvimento do projeto “Mulheres Camponesas preservando as sementes crioulas: construindo soberania alimentar, para as mulheres agricultoras da comunidade Lagoa Nova, município de Guanambi/BA, pois a partir do projeto elas ampliaram seus conhecimentos sobre a produção das sementes crioulas, que envolve a escolha da variedade, a qualidade da semente, a forma de colheita e armazenamento e todo o processo produtivo.

A pesquisa aponta ainda que as mulheres continuaram a plantar sementes crioulas de diversas espécies, mesmo após o término do projeto. Todavia, as mulheres agricultoras plantam apenas em seu quintal e não mais uma roça coletiva como ocorreu durante a execução do projeto.

No decorrer do desenvolvimento do trabalho, percebi que existem diversas políticas públicas para a agricultura familiar, mas que ainda não suprem a necessidade de atender a todas/os as/os agricultoras/es. Esse fato é vivenciado por mim, que sou dirigente sindical e atuo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi/BA, onde percebemos que os projetos oferecidos pelos órgãos governamentais não conseguem atender a demanda de todos as/os trabalhadoras/es rurais, uma vez que a quantidade de projetos e seus investimentos são inferiores à demanda das populações que vivem no campo. Além do mais as/os agricultoras/es esbarram nas exigências para participar desses projetos e quando são contemplados ainda convivem com a sua descontinuidade.

Ainda sobre os resultados da pesquisa, percebemos que a partir dos conhecimentos das mulheres agricultoras referentes às práticas com as sementes crioulas, temos a oportunidade de melhorar a qualidade dos produtos para uma alimentação saudável, e construir novas alternativas para uma agricultura agroecológica. Assim, acreditamos que as experiências com as sementes crioulas relatadas nessa pesquisa podem contribuir para a melhoria qualitativa de minha formação como estudante no Curso de pós-graduação em Educação do Campo, e como dirigente sindical, e trazer também possibilidade de reflexão para a toda a comunidade agricultora. Vale a pena ressaltar, que outras interpretações diversas podem ser feitas visando à incompletude da pesquisa e possíveis continuidades.

Ao estudar algumas teorias sobre o papel da mulher na sociedade, notei que a mulher vem conquistando seu espaço na sociedade, pois seu trabalho é importante, no entanto, não tem o devido reconhecimento, por isso, é necessário que a luta continue até que mulheres e homens tenham direitos iguais.

Por fim, essa pesquisa evidencia que o papel das mulheres agricultoras na preservação das sementes crioulas é notório, contudo, abrimos o leque para outras questões que poderão servir para futuras pesquisas, seja nos aspectos relacionados às práticas com as sementes crioulas, as políticas para a agricultura familiar, a produção de alimentos saudáveis, e as contribuições de experiências das mulheres agricultoras para formação de mulheres autônomas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **A Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife: ANA, 2006. Disponível em: www.agroecologia.org.br/. Acesso em: 12 ago. 2018.

ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). **Sementes do Semiárido**. Recife-PE. Disponível em: asa@asabrasil.org.br. Acessado em: 07 ago. 2018.

AZEVEDO, Tiago Luiz Fraga. **Mulheres Camponesas Preservando as Sementes: Construindo Soberania Alimentar**. Caetitê-Bahia: AMATER, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Mapa Regional 2015. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003**. Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/616627.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Brasília, 2003. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 15 de ago. 2018.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura camponesa. In.: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 28-34. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf. Acesso em: em 29 mar. 2018.

CASA (Centro de Agroecologia no Semiárido). **Institucional**. Guanambi-BA. Disponível em: <http://www.casasemiario.org.br/casa-centro-de-agroecologia-no-semiarido/>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 15 de ago. 2018.

GUIMARAES, Kaue Barreiros Correa Pessoa. **Políticas públicas e a agrobiodiversidade: um estudo sobre a produção de sementes crioulas**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2016. 155p.

LONDRES, Flavia. **A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar**. Rio de Janeiro. Editora: I Graficci, 2006. 78p.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Belo Horizonte, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

LUNAS, Alessandra da Costa. **Marcha das Margaridas**. Brasília/DF: CONTAG, 2015. 87p.

_____, Alessandra da Costa. **Mulheres em luta por uma vida sem violência**. Brasília/DF: Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares – CONTAG, 2017. 56p.

MAICÁ, Eitel Dias. Sementes. In.: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 697-703. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf. Acesso em: em 29 mar. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In.: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde

Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 32-39. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf. Acesso em: em 29 mar. 2018.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. **Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 03, p. 517-528, Jul/Set 2015.

PASTÓRIO, Inês Terezinha; ROESLER, Marli Renate Von Borstel. **O papel da mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade**. Paraná: Unioeste – Campus de Toledo 2014. Disponível em: cac.php.unioeste.br/.../TC_PAPEL_MULHER_PROCES_PRODUT_FAMILIAR_CO...O_papel_da_mulher_no_processo_produtivo_familiar_com_sustentabilidade. Acesso em: em 29 mar. 2018.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. **As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, 2018.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. 463 p.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. C. 3. p. 117.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução á pesquisa em ciências sociais: à pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. cap. 5.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo-RS: UPF, 2001, 405 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS MULHERES AGRICULTORAS

TÍTULO DA PESQUISA: O PAPEL DAS MULHERES AGRICULTORAS NA PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE LAGOA NOVA EM GUANAMBI/BA

Pesquisadora: Diomara de Souza Santos Nonato

Orientadora: Leidjane Fernandes Baleeiro

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Codinome (nome que gostaria de ser identificado/a): _____

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____ anos

Estado civil: () solteiro/a () casado/a () divorciado/a () viúvo/a () outro: _____

Possui filhos? () Sim Quantos? _____ () Não

Em relação à cor, você se declara: () Branco/a () preto/a () pardo/a () amarelo/a () sem declaração.

Qual é a sua profissão? _____

Município e comunidade onde mora: _____

SOBRE O SEU CONHECIMENTO E TRABALHO COM AS SEMENTES CRIOULAS

- 1) Na sua concepção, o que são sementes crioulas? E qual a sua importância para uma alimentação saudável?
- 2) Você participou do Projeto “Sementes Crioulas” desenvolvido no período de 2010 a 2012, com do STTR de Guanambi?
- 3) Se sim, como foi desenvolvido esse projeto?
- 4) Você considera importante ter participado desse projeto?

- 5) Como acontece o processo de recuperação, seleção, produção e cultivo das sementes crioulas? E com quem você aprendeu essas práticas?
- 6) Vocês fazem troca de sementes crioulas entre si?
- 7) E vocês guardam essas sementes em casa?
- 8) Quais são essas sementes crioulas que vocês cultivam na sua comunidade?
- 9) Com base na nova lei de sementes e mudas, ninguém pode proibir um agricultor ou uma agricultora de produzir, trocar e vender suas sementes para outros camponeses. Vocês tem conhecimento das políticas de incentivo das sementes crioulas? E qual sua opinião sobre as políticas?
- 10) Vocês tem apoio do governo ou de outro órgão para continuar com as práticas das sementes crioulas?
- 11) E como acontece o compartilhamento dos conhecimentos acerca das sementes crioulas?

APÊNDICE B

IMAGENS DOS PRODUTOS COLHIDOS PELAS MULHERES AGRICULTORAS



Melancia



Abóbora



Feijão pintado



Limão



Feijão branquinho



Feijão sempre verde



Imagem de um pé de feijão



Imagem de um pé de laranja

APÊNDICE C



Sementes crioulas: o feijão catador é armazenado nas garrafas peti de plásticos.